

SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE LAVAGEM DE DINHEIRO

SÉRIE CADERNOS DO CEJ,
VOLUME 11

APRESENTAÇÃO

O Conselho da Justiça Federal, por intermédio de seu Centro de Estudos Judiciários, o Ministério da Fazenda, por meio do seu Conselho de Controle de Atividades Financeiras e a Escola Nacional da Magistratura promoveram, em 29 e 30 de novembro de 1999, no auditório do Superior Tribunal de Justiça, o Seminário Internacional sobre Lavagem de Dinheiro, no qual foi analisada a regulamentação da Lei n. 9.613/98 pelos órgãos competentes, tanto em seus aspectos penais como processuais. Isso demonstra a preocupação brasileira com os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil desde a assinatura da Convenção de Viena, realizada no âmbito das Nações Unidas em 1998, além de ser um mecanismo eficaz na repressão e prevenção do crime de lavagem de dinheiro. Além disso, foram enfatizadas as ações de combate à lavagem de dinheiro no exterior, com exemplos da experiência de outros países.

Questões de interesse nacional, como os paraísos fiscais e os sistemas de controle interno, a relação do crime e lavagem de dinheiro com o narcotráfico e suas repercussões, bem como a atuação do Ministério Público no seu combate foram também abordadas no Seminário, todas elas atuais e relevantes na busca de uma diminuição desse crime, cujas consequências são extremamente prejudiciais para a comunidade em geral.

Os textos que compõem este Volume 17 da Série Cadernos foram produzidos a partir das notas taquigráficas das conferências proferidas no evento.

ABERTURA

A expressão "lavagem de dinheiro", cuja origem remonta às organizações mafiosas norte-americanas, que, na década de 1920, aplicavam em lavanderias o capital obtido com atividades criminosas, é uma forma genérica de referir-se, segundo Marco Antônio de Barros, à operação financeira ou à transação comercial que oculta ou dissimula incorporação transitória ou permanente, na economia ou no sistema financeiro do país, de bens, direitos ou valores que direta ou indiretamente são resultado ou produto de crimes.

Em alguns países, usa-se a expressão "branqueamento do dinheiro" para exprimir a lavagem do dinheiro, ou seja, a conversão do dinheiro sujo em dinheiro limpo, do dinheiro ilegítimo em dinheiro legítimo.

Não se pode olvidar que o tratamento de tal tema tenha especial relevância no contexto sociopolítico do Brasil contemporâneo, porque, se não for severamente coibido o usufruto de rendas advindas de ações ilícitas, ficarão comprometidos de forma indelével os valores que embasam as noções de uma sociedade justa e igualitária, além de ser aviltada a dignidade do cidadão.

É oportuno, neste momento, lembrar Rui Barbosa, cujo sesquicentenário ocorreu no dia

cinco, o qual já alertara com notável lucidez que "a injustiça desanima o trabalho, a honestidade, o bem. Cresta em flor os espíritos dos moços. Semeia no coração das gerações que vêm nascendo a semente da podridão. Habitua os homens a não acreditar senão na estrela, na fortuna, no acaso, na loteria da sorte. Promove a desonestidade, a venalidade, a relaxação. Insufla a cortesia, a baixeza, todas sob as suas formas".

Eis aí palavras de lamentável atualidade.

Torna-se, pois, imperioso que na construção do Estado democrático de Direito prevaleçam as leis e não seja vencedor quem a elas se opõe. Por isso, é indiscutível a importância deste Seminário, cujo objetivo é aprofundar-se no conhecimento sobre esse crime e sobre o modo como o vêm enfrentando alguns dos países mais desenvolvidos do mundo, com cuja experiência muito se pode aprender. O caráter transnacional do crime de ocultação das origens do chamado "dinheiro sujo" preocupa sobremaneira povos e governos, em vista dos efeitos danosos que tal delito pode provocar na economia das nações. Importa lembrar que esse poder é potencializado pelas facilidades proporcionadas pelos aparatos tecnológicos, por meio dos quais é possível operar em longo alcance e com relativo anonimato. As características da lavagem de dinheiro, ainda por se conhecer em todas as suas nuances, implicam a necessidade de técnicas adequadas ao combate a esse crime, o que pressupõe a necessidade de se analisarem a fundo as ações empregadas pelos criminosos e o desenvolvimento de métodos capazes de detectá-las e sempre que possível neutralizá-las. É necessário um controle rigoroso e abrangente que atue considerando as três etapas do processo de lavagem: a introdução da moeda a ser legalizada nos sistemas financeiros, fiscalização das operações destinadas a confundir os fundos irregulares com os fundos de origem aceitável, mediante a criação de empresas de fachada que dão a aparência de legalidade. Enfim, controle do regresso do dinheiro ao mercado de origem, já mascarado de renda lícita.

O reconhecimento do *modus operandi* das organizações criminosas demonstra que prevenir e punir tal modalidade delituosa é tarefa que envolve o controle das entidades financeiras, poder que requer a ação conjunta de diferentes instâncias governamentais, bem como a cooperação das empresas privadas, cujas atividades não podem ignorar as leis nem a ética. Sob o argumento de que capitais internacionais em busca de rendimentos rápidos e fáceis são benéficos à saúde financeira de um país, esconde-se a triste realidade de que a origem muitas vezes incerta desses bens deixa um rastro de famílias destruídas, órgãos de persecução criminal achincalhados e governos afrontados. Às empresas financeiras sérias só pode interessar o expurgo das organizações criminosas que se imiscuem nos sistemas financeiros, com a capacidade de contagiar com o vírus da suspeita de ilicitude todo o grupo. Ressalte-se que existem direitos, tanto dos cidadãos quanto das empresas, que devem ser resguardados. No entanto, tem-se de estar atento ao princípio da proporcionalidade. Quando o interesse individual atrita com o interesse social, há de se analisar o bem maior a ser atingido.

No Brasil, já estão em andamento em todos os âmbitos governamentais várias medidas que visam livrar o País dessa prática criminosa.

Este Seminário pretende unir sua voz a esses esforços louváveis. Eu não quis, entretanto, aprofundar-me na matéria. Tecí apenas breves considerações e encerro-as repetindo a idéia que defendi outrora: sem a adoção de novos conceitos e princípios jurídicos e sem eliminação de práticas ortodoxas e concepções filosóficas inadequadas ao mundo, que passa por rápidas transformações, estar-se-á, pela omissão, a colaborar para o sucesso cada vez maior de criminosos de alta periculosidade para a sociedade, o que não se pode conceber.

Ministro ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO
Presidente do Superior Tribunal de Justiça
e do Conselho da Justiça Federal